

# Câmara aprova fundo para ensino fundamental

*Emenda, que vai para o Senado, garante salário de pelo menos R\$ 300 a professores*

**B**RASÍLIA — A Câmara dos Deputados aprovou ontem, em segundo turno, por 358 votos a 82 (duas abstenções), a emenda constitucional que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, que garante mais recursos para o ensino fundamental. A emenda seguirá agora para o Senado Federal, onde também precisará ser aprovada em dois turnos, por três quintos dos votos. Pelo texto aprovado ontem, os professores da rede pública de ensino fundamental passarão a ter salário de pelo menos R\$ 300,00 por mês. A mesma quantia, em média, será investida anualmente em cada aluno da rede.

Na votação em primeiro turno, realizada em maio, o texto foi aprovado com o apoio de 350 deputados e 94 votos contrários. O novo fundo será formado com recursos provenientes dos Estados e municípios, além de uma complementação da União. Caberá aos Estados reservar ao fundo 15% de seus recursos para a educação, enquanto os municípios

deverão separar outros 15% do total dos recursos recebidos a título de transferências. A complementação da União virá na medida exata para completar o investimento mínimo por aluno previsto, que deve ser de R\$ 300 por ano.

Pela proposta, 60% dos recursos do fundo ficam vinculados ao pagamento do professor. A quantia deverá ser usada apenas na melhoria do salário; não poderá ser usada com o funcionalismo administrativo, mesmo quando se tratar de professores cumprindo funções burocráticas. Essa medida pretende solucionar um dos principais problemas da área. Segundo o ministro Paulo Renato Souza, dos recursos do ministério, apenas 50% chegam efetivamente à sala de aula.

**MINISTRO  
COMEMOROU  
A  
APROVAÇÃO**

O ministro comemorou a aprovação. De acordo com ele, no Senado a tramitação deverá ser mais rápida. De qualquer forma, Paulo Renato disse que conversará sobre o assunto com o presidente da Casa, José Sarney. O ministro pretende que o Senado avalie a proposta até final de julho. Em seguida, será encaminhado ao Congresso a lei de regulamentação. A expectativa de Paulo Renato é aplicar o fundo já no próximo ano. "Se Deus e Sarney nos ajudar, isso vai acontecer", brincou.